

“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas”: mudanças agrárias e narrativa memorialística na construção de valores turísticos no interior paulista

Carlos Alberto Menarin

Professor Pós-Doutor – Escola Estadual Vila do Lago, Tarumã, SP, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3736-1865>

E-mail: cmenarin@gmail.com

Resumo: Buscamos compreender nuances do processo (re)construção de paisagens rurais com vistas ao turismo no interior paulista. Colocamos em evidência a orientação contemporânea de salvaguarda de elementos do mundo rural como depositários de sentidos e significados, ampliando aquela caracterizada e protagonizada pelo espaço urbano nos primórdios da patrimonialização ocidental. Observamos que a paisagem que o envolve, materialmente e simbolicamente carrega essa interação e é uma porta de acesso à compreensão crítica das potencialidades que esse território e seu patrimônio comportam no desenvolvimento de novas condutas e práticas colaborativas e integradoras do desenvolvimento humano e sustentável.

Palavras-chave: Mundo rural; Mudança social; Patrimônio; Paisagem; Turismo.

“There are so true stories that sometimes it seems that they are invented”: agrarian changes and memorialistic narrative in the construction of tourist values in the interior of São Paulo

513

Abstract: We intend to understand nuances of the (re)construction process of rural landscapes with a view to tourism in the São Paulo interior. We highlight the contemporary orientation of safeguarding elements of the rural world as custodians of senses and meanings, extending to that, which is characterized and carried out by the urban space in the early days of Western patrimonialization. We observe that the landscape that surrounds it, materially and symbolically, carries this interaction and it is a gateway to a critical understanding of potentialities that this territory and its patrimony entail in the development of new collaborative and integrating conducts and practices of human and sustainable development.

Keywords: Rural world; Social change; Heritage; Landscape; Tourism.

Texto recebido em: 24/04/2019

Texto aprovado em: 31/05/2019

A consciência do passado é, por inúmeras razões,
essencial ao nosso bem-estar...

David Lowenthal

I

“Tem mais presença em mim o que me falta”. Os versos do poeta Manoel de Barros estimulam a sensibilidade e sintetizam as rápidas transformações na observação e na interpretação dos fenômenos sociais nos dias de hoje. Um constante sentimento de falta, uma ausência indefinida que o correr do relógio faz necessário acudir. A percepção acelerada do tempo coloca o indivíduo como passageiro em alta velocidade, cujo olhar pela janela lateral busca um ponto fixo.

Esse descolamento acelerado tem provocado à criação de marcadores – temporais e espaciais. A febre patrimonial que ganhou ímpeto no final do século XX é uma das consequências desse fenômeno e elemento característico da afirmação das identidades individuais e coletivas frente à globalização.

São várias as possibilidades de observação desse movimento, tanto quanto são variadas suas manifestações em níveis diversos. Buscaremos compreender nuances desse processo a partir de uma escala regional e local, sob o viés do território e a (re)construção de paisagens. Colocaremos em evidência a orientação contemporânea de salvaguarda de elementos do mundo rural como depositários de sentidos e significados, ampliando aquela caracterizada e protagonizada pelo espaço urbano nos primórdios da patrimonialização ocidental.

Os últimos trinta anos registraram debates intensos envolvendo a conservação do meio ambiente e a proteção do patrimônio histórico e cultural. No século XXI, o debate internacional enfatizou as proposições e ratificou a importância de ambos para o futuro da biodiversidade e da diversidade cultural do planeta. Como expressão sintética desse debate foi criada uma chancela que buscou conciliar as demandas ambientais e culturais: a *paisagem cultural*, percebida como a “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humanas imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Portaria IPHAN 127/2009).

Essa expressão coloca em relevo não apenas o papel das cidades como articuladoras dessa longa interação entre o mundo natural e cultural, forjando identidades, memórias, costumes e tradições, mas é também de onde parte um olhar de renovado interesse sobre o rural. Assim, podemos observar que a paisagem que o envolve, materialmente e simbolicamente, carrega essa interação e é uma porta de acesso à compreensão crítica das potencialidades que esse território e seu

patrimônio comportam no desenvolvimento de novas condutas e práticas colaborativas e integradoras do desenvolvimento humano e sustentável.

Ao contrário do enfoque dado pela excepcionalidade, a observação das paisagens interioranas e sua relação com a construção das narrativas locais e regionais, a invenção e difusão de tradições com vistas ao turismo coloca a questão em termos muito mais prosaicos: está presente em uma extensão ampla e conectada, em diversas paisagens do interior do país.

A relação entre as transformações na base agrária e a mudança na estrutura de uma região ou localidade tem reflexos na definição de sua história – ou daquilo que se julga ser motivo de orgulho ou depositário de ressentimentos – nas práticas e costumes cotidianos e no reconhecimento de seu patrimônio (no sentido amplo do termo). O contexto atual abre a perspectiva da formação das identidades locais e a valorização de seus aspectos “típicos”: um passado específico, monumentos, causos, lendas, crenças, paisagens naturais e sonoras, arquitetura, ruas e comércio tendo como horizonte o turismo. Dentre o natural, o construído, o material e o intangível, paisagens, monumentos, datas comemorativas, festas e gastronomia são portas para observar essa relação em várias localidades. Nos limites deste texto foram pontuadas as relações entre a mudança agrária ocorrida no interior paulista após o predomínio de décadas do modelo das grandes fazendas de café e de como esse passado tem sido mobilizado em torno de projetos contemporâneos em prol da formação de uma paisagem turística.

A região destacada encontra-se no vale do rio Mogi-Guaçu, em seu curso médio¹. Região de expansão da cafeicultura e da ferrovia em meados do século XIX. Atualmente, possuidora de municípios de médio e pequeno porte, com o predomínio de atividades agroindustriais ligadas à produção de açúcar e álcool, indústria de bebidas, citricultura e silvicultura de eucalipto, conta com centros universitários e de pesquisa de peixes em água doce, cerâmica artística e turismo religioso.

A criação da “Região Turística Histórias e Vales”, em 2015, e a elaboração de um Plano Regional de Turismo, em 2017, reforçou o olhar sobre a região como um todo e as particularidades locais dos municípios de Descalvado, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos e Tambaú.

Abrangendo uma população de aproximadamente 550 mil habitantes (IBGE, 2010), essa Região Turística busca estimular a circulação mediante atrativos turísticos, integrando aspectos dos mais variados. Segundo os idealizadores, é a

união da riqueza cultural de suas “histórias” e a “beleza natural” de seus vales que a habilita ao Turismo Cultural, Ecoturismo, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo Religioso e Turismo de Negócios e Eventos.

Das inúmeras interações possíveis, dado o entrecruzamento dos elementos históricos, culturais e naturais, materiais e intangíveis, os municípios caminham para a formação de uma grande paisagem cultural, unida e diversa, que pode consolidar-se como instrumento importante na governança regional em direção ao desenvolvimento humano e sustentável. Contudo, como as histórias locais são mobilizadas e por quais vias? É possível articular essa demanda pelo turismo em conhecimento crítico da história local em direção à salvaguarda e valorização de elementos naturais e culturais?

O conhecimento e o sentido do passado local e regional são dados, predominantemente, pela lavra dos memorialistas. São essas pessoas de diferentes origens sociais que recolhem, organizam e guardam, obstinadamente, vestígios do tempo. São os “doadores de memória”² dessas pequenas localidades. A mobilização em torno do estímulo ao turismo tem ampliado a demanda pelo conhecimento e divulgação de uma determinada perspectiva do passado local.

Essa observação se deteve sobre dois municípios: Santa Rita do Passa Quatro e Pirassununga. O primeiro se esmera em legitimar seu passado e sua cultura pela imigração italiana para as fazendas de café de fins do século XIX, inventando tradições e exaltando os descendentes em festas e lugares de memória; o segundo município orientou-se na valorização dos elementos da cultura cabocla e caipira, nas festividades e no destaque das tradições recolhidas do convívio cotidiano do mundo rural e nas margens do rio Mogi-Guaçu.

Foi na década de 1990 que duas festas de crescente abrangência ratificaram a opção por determinado passado local: em Santa Rita do Passa Quatro, a Festa de Tradições Italianas se ancora na música e comidas “típicas” do país mediterrânico; em Pirassununga, o festival de Cultura Caipira, igualmente assenta-se sobre um estilo musical característico e comidas tradicionais celebra as “raízes paulistas” desse município. Em ambos os casos temos caracterizadas a promoção de visões específicas do passado local, que muito contribuem para escamotear as mudanças ocorridas, mas da qual são sintoma.

A cultura material divulgada pelas instituições de memória dessas localidades corrobora a visão construída e difundida pelos memorialistas, servindo de fonte para as observações a seguir.

Nos limites destas páginas enfatizamos que o contexto atual da valorização do turismo como motor econômico de cidades de médio e pequeno porte orientou a busca e construção de referenciais de um passado comum, identificável localmente e atrativo o suficiente para motivar visitas. O patrimônio local, em seu sentido mais amplo é permanentemente (re)visto, e as “tradições” (re)inventadas ao gosto do visitante e em sua base, veladamente, encontramos as transformações pelas quais a estrutura agrícola da região passou e as mudanças sociais, sobretudo na última metade do século passado.

II

“Pode o homem enriquecer a natureza com sua incompletude?” Outra vez o poeta Manoel de Barros nos instrui com a simplicidade e a profundidade da observação do mundo pelas lentes da sensibilidade. Partindo da análise do projeto mencionado (Histórias e Vales), que se ancora na construção de uma região baseada em suas características biofísicas e históricas, evidencia-se o processo de (re)visão sobre as transformações que ocorreram no mundo rural do interior paulista de meados de 1960 com a expansão do modelo agroindustrial sobre os municípios.

Os remanescentes do modo de vida rural anteriores à “modernização da agricultura” são hoje vistos como portadores de características a serem valorizadas – seja na dimensão material ou de saberes e práticas, referências intangíveis. Podemos dizer que, aqui, radica um dos fundamentos da dimensão patrimonial que a paisagem oferece: o processo de reabilitação territorial que cada paisagem expressa tanto em sua materialidade, como em suas representações construindo a memória de um lugar. (SCHAMA, 1996; OLMO, 2010) Além disso, longe de constituir uma limitação ou impedimento, a gestão dos valores paisagísticos (como a salvaguarda de sua identidade e aproveitamento sustentável dos recursos) aparece como uma oportunidade ao mundo rural nesse início de século XXI. (OLMO, 2010, p. 52)

Os chamados sistemas territoriais rurais, que outrora limitavam-se à representação de uma paisagem bucólica, de pequenos sítios ou enormes fazendas com campos a perder de vista, de conjunto de edificações à produção agrícola e habitação em colônias, estradas e caminhos de terra percorridos a cavalo, carroças

e carros de boi, desde a década de 1990 têm se constituído em um campo de estudos fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma região, “intimamente relacionados com o sistema tecnológico de um determinado complexo produtivo inserido no âmbito do complexo agroindustrial-comercial” (ARGOLLO, 2015, p. 9).

O conjunto industrial migrou do mundo rural para o urbano e, atualmente, resta às propriedades rurais o cultivo e alguns elementos arquitetônicos secundários ou remanescentes. “Em contrapartida, as cidades de pequeno e médio portes das regiões agrícolas mais desenvolvidas transformaram-se em sistemas territoriais mais complexos, (ARGOLLO, 2015, p. 9), como podemos observar no médio vale do rio Mogi-Guaçu, entre a influência de Campinas, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. Esses sistemas territoriais se nutrem, ao mesmo tempo em que são nutridos, por processos de recuperação e valorização da memória e da cultura local. “Constituem-se numa base consistente para o reconhecimento e a análise das paisagens culturais de uma determinada região, visando ao desenvolvimento sustentável” (ARGOLLO, 2015, p. 12). Ainda de acordo com o arquiteto André Argollo, a valorização dos recursos locais vinculados ao patrimônio cultural “constitui-se em ponto de partida de inúmeros planos de desenvolvimento regional que vêm obtendo sucesso na Europa e nos Estados Unidos desde o início do século XXI.” (ARGOLLO, 2015, p. 12) Pode-se dizer, portanto, que:

o patrimônio dos sistemas espaciais especializados – como o patrimônio agrícola e o patrimônio industrial – correlacionando locais cívicos e religiosos, eventos e festivais tradicionais, sítios e a memória dos sistemas de engenharia, dos produtos e processos típicos (agricultura, artesanato e indústrias locais) realizados num determinado território, e a própria cultura popular caracterizam-se como elementos de valor intrínseco ao desenvolvimento sustentável de uma região (ARGOLLO, 2015, p. 12).

A partir da vinculação do território e a (re)construção de sentidos sob as mudanças materiais e de percepção é necessário reforçar sua compreensão no tempo e explicitar as distorções de histórias tão críveis que já estariam no passado determinadas a ser o que são hoje.

Nos casos em questão, boa parte da visão histórica construída sobre os referenciais da paisagem a ser valorizada advém de narrativas memorialísticas, fincada nas experiências e reproduções das memórias das elites locais – é um ponto de interseção entre as narrativas elitistas com a paisagem e valores populares, dado

pelas características das festas, da música, dos trejeitos da fala “caipira”, dos artefatos rústicos e da idealização da culinária, por exemplo.

Percebe-se que, respondendo ao poeta, o ser humano projeta na paisagem os ideais para suprir sua incompletude, diuturnamente repostos pelo sentimento de ausência. Ao fazê-lo, a paisagem é (re)criação que marca o tempo em um espaço, o sentido sobre um desejo de estar ancorado, resguardado do fluir célere dos dias.

III

“Carrego meus primórdios num andor”. Assim como as “memórias inventadas” da infância do poeta, os primórdios são fundamentais como substância do discurso memorialístico; emolduram e dão credibilidade como referência temporal e espacial. Os últimos cinquenta anos podem ser classificados como um período de intensas transformações ambientais, sociais, políticas e culturais, no Brasil e no mundo. Para o interior do Estado de São Paulo, é possível acompanhar esse quadro de mudanças pela trajetória de alguns municípios. A expansão da cafeicultura respondeu pela dinamização da exploração do território, com a criação de extensas fazendas, desflorestamento, massacre e expulsão de povos indígenas e o surgimento de povoados. A rota do café, seguida de perto pela ferrovia, demarcou o trajeto para futuras cidades e suas conexões – logísticas e históricas – pela chamada frente pioneira. (MONBEIG, 1998)

No período de uma ou duas gerações, esses cidadãos presenciaram inúmeras transformações, da estrutura urbana e rural ao espaço público e da vida privada. É comum encontrarmos nas cidades do interior, por exemplo, aspectos do antigo e do moderno lado a lado.³ Essa fluidez atual e o esgarçamento de muitos dos referenciais do passado colocam em evidência o importante papel que as instituições de memória detêm para o desenvolvimento local.⁴

Uma formulação conceitual que busca situar essa demanda e pontuar o protagonismo local em busca do desenvolvimento enfatiza a multiplicidade de iniciativas que devem responder aos problemas colocados pelas crises econômicas, tecnológicas, ambientais e políticas da segunda metade do século XX:

Tais iniciativas são, desse ponto de vista, a resposta local (das comunidades locais) aos problemas econômicos (crises sectoriais, falências e fecho de empresas, desestruturação das economias

locais), sociais (desemprego, pobreza e exclusão social, ausência de respostas sociais para o acompanhamento dos mais novos e dos mais velhos), culturais (marginalização ou descaracterização das identidades, dos valores culturais e dos patrimônios locais, homogeneização cultural) e ambientais (destruição de ecossistemas locais, falta de saneamento básico, ameaças à qualidade de vida, extinção de espécies, desflorestação), provocados pelas alterações dos modelos de desenvolvimento após a década de 1970, pela globalização de predomínio economicista e pelas crises do Estado-Nação e do Estado-providência (e afirmação das correntes neoliberais)” (AMARO, 2009, p. 108)

A região em geral e esses municípios em particular buscam, dessa forma, pela via do turismo, sincronizar o relógio das mudanças ocorridas às demandas do desenvolvimento local. Tal objetivo e obsessão fincam raízes na década de 1960 onde muito se discutiu sobre os caminhos para o desenvolvimento de pequenas cidades do interior, como Santa Rita do Passa Quatro e Pirassununga, bem como as demais que integram a Região Turística.

Nesse momento, tanto Santa Rita do Passa Quatro como Pirassununga começam a ampliar a discussão sobre os espaços turísticos, a valorização de referências culturais e equipamentos de cultura, como os museus para seus patrimônios. A imprensa dessas localidades registrou parte das expectativas que se abriam, em particular, com a realização de cursos de museologia ministrados por Vinício Stein Campos, em ambas as cidades, no início da década de 1960 (ÁVILA, 2014, fl. 43) e sua proposta de construção de uma rede de Museus Históricos e Pedagógicos pelo interior do Estado de São Paulo com a valorização da história do patrono e do município (MISAN, 2005). Em Pirassununga foram realizadas quatro edições do curso mobilizando um crescente público, de 374 inscritos na primeira edição para 992 na segunda. Enquanto que Santa Rita do Passa Quatro recebeu uma edição do curso, com público inscrito de 225 pessoas (ÁVILA, 2014, fl. 43).

O título de Estância Climática, atribuído pela Lei n.º. 719, de 1º de julho de 1950, e a elaboração do primeiro Plano Diretor (1960) direcionou Santa Rita do Passa Quatro a um caminho que parecia mais seguro pela via do turismo, mas que se revelou sinuoso e impreciso nas décadas seguintes.

A história da região divulgada pelos museus locais guarda afinada correspondência com a produção dos memorialistas, enfatizando as “origens” decorrentes da fixação de migrantes oriundos da província de Minas Gerais e o grande impulso colonizador dado pela expansão da cafeicultura e a ferrovia (Companhia Paulista). Chama atenção nessas narrativas a periodização, em

uníssono, encerradas no período da “época do café”. Portanto, o período de reorganização das atividades agrícolas e do mundo rural entre os anos de 1940 a 1960 constituem uma grande lacuna, até “reaparecer” as atividades agrícolas já sob o predomínio do modelo agroindustrial sucroalcooleiro.

A presença do rio Mogi-Guaçu é outro destaque, evidentemente, marcante, sobretudo, nos municípios de Pirassununga e Porto Ferreira, mas também em Santa Rita do Passa Quatro e Descalvado. A pesca, a recreação e as atividades econômicas são referenciais na vida cotidiana em contato com o rio. A navegação empreendida pela Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, entre 1883 a 1903, conectando o trecho entre Porto Ferreira e o município de Pontal, na foz com o rio Pardo, caracterizou um dos principais meios de comunicação e transporte das fazendas de café, nas margens direita (Santa Rita do Passa Quatro) e esquerda (Descalvado) do rio (DOMINGUES NETO, 2009; MOGI-GUAÇU, 1999). A história dessa relação com o rio encontra-se dispersa em objetos nos museus dessas cidades, bem como no registro das memórias, contos, causos e poemas dos escritores locais; aparece, também, simbolizada nos brasões desses municípios, ao lado do café e da cana de açúcar.

Atualmente, essa bacia hidrográfica é classificada como industrial, com destaque para a agroindústria sucroalcooleira, indústrias de bebidas, frigoríficos e indústria de papel e celulose. Ao longo dos últimos cinquenta anos o rio tem recebido crescente carga de dejetos industriais, além do esgoto urbano. Manuel Pereira de Godoy, biólogo e memorialista de Pirassununga, especialista na ictiofauna do rio, alertara no início da década de 1970, sobre a correlação do aumento da poluição e a diminuição acentuada de peixes do Mogi-Guaçu – número de espécies e de cardumes, percebido e registrado na memória dos pescadores (GODOY, 1974; 1999).⁵

Acontecimentos dessa natureza estão presentes na memória de inúmeros moradores da região, em particular, daqueles que tinham a pesca como ofício. Animam relatos, tal como os da “outrora” abundância de peixes que o rio ofertava às impressionantes cheias, registradas em fotografias de coleções privadas, como o acervo de Manuel Pereira de Godoy, ou expostas, como as encontradas no Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flavio da Silva Oliveira”, em Porto Ferreira – destacando-se as cheias de 1929 e 1970.

Seus estudos tornaram-se referência para o conhecimento da fauna aquática dos rios Mogi-Guaçu, Pardo e Grande. Já em nível regional e local, Manuel Pereira

de Godoy dedicou-se a escrever a história do município de Pirassununga e região – com destaque para as intervenções humanas na natureza. Perspectiva atribuída pelo autor aos conhecimentos da Ecologia Humana. Seus dois volumes publicados sobre *Contribuição à história natural e geral de Pirassununga*, entre 1974 e 1975 constituem rico material não apenas de cunho memorialístico, mas de pesquisas em arquivos locais e regionais. (MENARIN, 2017)

À parte os procedimentos de praxe sobre a genealogia dos pioneiros e a evolução administrativa da cidade, os escritos de Godoy ressaltam aspectos da vida cotidiana, dos hábitos alimentares, da tecnologia rural e outros aspectos da cultura material da região.

Juntamente com a pesca, a caça foi outro costume muito difundido na região atendendo, desde a demanda alimentar à prática de recreação, como é possível aferir pelas narrativas de memorialistas locais, como lembrado por Victor Ribeiro em sua *Autobiografia e outros escritos* (1952), para a região de Santa Rita do Passa Quatro, e Manuel Pereira de Godoy, para as áreas de Pirassununga e Porto Ferreira, com destaque para as espécies de veado, onça, cateto, paca, jacaré e sucuri. (RIBEIRO, 1952; GODOY, 1974)

Os escritos de Victor Ribeiro oferecem uma perspectiva da história local que destoa do decadentismo presente na visão “oficial” ou generalizada por outros memorialistas, causado pelo fim do predomínio do café, como aparece em José Gonzo e Carlos Alberto Del Bell Belluz. Ribeiro destacou as alternativas locais, desde a formação de novos grupos políticos e econômicos, atrelados à produção leiteira e do açúcar, com a Fábrica de Laticínios Santa Rita e a Companhia Usina Vassununga, ambas surgidas em meados da década de 1920 e que marcaram o cenário da transição do café para a pecuária⁶ e o açúcar.

Capítulo singular das mudanças no mundo rural para a região foi protagonizado por fazendeiros de Santa Rita do Passa Quatro ao receberem, a partir de 1949, as atividades pioneiras de inseminação artificial promovidos pela *American International Association for Economic and Social Development* (A.I.A), como programa piloto de extensão rural (*Folha de Santa Rita*, n. 1132, 1º/08/1948), resultando em um *boon* da produção leiteira, exposta em feiras, leilões e competições noticiados pela mídia local.

O movimento extensionista teve suas origens nos Estados Unidos, institucionalizado por uma série de leis no começo do século XX; em 1914 aparece sob nome de Serviço Cooperativo de Extensão Rural. Essa modalidade assistencial

passou a ser cogitada para os países da América Latina, a partir de 1938, quando foi criado em Washington o *Institute of Inter-American Affairs*, com tarefa de coordenar as atividades econômicas destinadas aos países latino-americanos. Dez anos mais tarde, por iniciativa Nelson A. Rockefeller, foi criada A.I.A. (DALRYMPLE, 1968; SZMRECSÁNYI; QUEDA, 1973).

A atuação da A.I.A em Santa Rita foi breve e considerada pouco exitosa, sobretudo pela difícil lida com os proprietários rurais envolvidos com a equipe destacada por Rockefeller. Contemporânea a essa experiência também foram promovidas ações em São José do Rio Pardo, mas foi em Minas Gerais que o programa tomou corpo e destaque. Talvez por isso, é um capítulo da mudança do mundo rural “esquecido” pela narrativa memorialística da região, mas indicativo das alternativas a reorganização rural após o predomínio da produção cafeeira.

O Museu Histórico e Pedagógico “Zequinha de Abreu”, localizado em Santa Rita do Passa Quatro, foi criado pelo Decreto Estadual n. 51.370, de 5 de fevereiro de 1969. O primeiro Plano Diretor do município, de 1960, apontava como possíveis bens para o tombamento e constituição do acervo sobre a história local os objetos do período escravista e da cafeeicultura, ainda localizáveis nas fazendas mais antigas do município, em consonância com o sentido da história local como apogeu, declínio e queda da época dourada da onda verde, dado por memorialistas como José Gonso que publicara sua História de Santa Rita do Passa Quatro em capítulos no semanário local *Folha de Santa Rita*, durante a década de 1930; compilado e organizado em livro pelo historiador Carlos Alberto Del Bel Belluz (BELLUZ, 1993).

Para a história do município, parte relevante foi doada ao museu em 1985. São objetos de suplício de escravos, colares, algemas de mãos e pés, instrumentos agrícolas e correntes de tração do período em que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro empreendeu a navegação no rio Mogi-Guaçu, entre a cidade de Porto Ferreira e Pontal. Soma-se aqui uma coleção de fotografias abrangendo aspectos da vida urbana e rural, formando o núcleo do acervo exposto sobre a história local.

Nas décadas seguintes a 1990 o espaço e o acervo mantiveram-se praticamente inalterados. A exposição sobre Zequinha de Abreu é o principal atrativo ao museu e o acervo mais estável⁷. Os itens referentes à história do município são periodicamente realocados, mas dificilmente expressando uma nova narrativa. As duas exposições pouco se articulam. Por um lado, temos o foco nos objetos pessoais do compositor, por outro, os artefatos da história local privilegiam

a saga das famílias pioneiras e fundadoras que empreenderam o desenvolvimento do município atrelado ao “ciclo do café”, a imigração italiana, os políticos que articularam a chegada da ferrovia e a ideia de declínio com a retração da cafeicultura e a extinção da via férrea.

Assim, a história que circula por esses espaços é a de um passado heróico para os pioneiros, de superação para os imigrantes, de opulência para os fazendeiros, de retidão para os políticos e de zelo pelo espaço público – histórias tão esmeradas, “tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas”, como diria o poeta. Então, de tudo o que falta, o que nos resta?

O patrimônio local, suas instituições de cultura, como museus, centros culturais, bibliotecas divulgam a visão do passado construída pelos memorialistas e filtrada pelos interesses contemporâneos. Assim, as festividades reforçam a visão da história local hegemônica construída pelos representantes das elites locais desde as primeiras décadas do século passado.

Paralelo às referências históricas do patrimônio local, há a mobilização em torno de eventos que atuam como marcadores de tempo e espaço – introduzem, por meio das representações culturais, sons e sabores que almejam uma imersão na tradição local. Como a construção de identidades locais em determinado contexto podem ampliar ou restringir o interesse e conhecimento do passado local e de seu patrimônio cultural?

Além das populares Feiras Agropecuárias e Industriais que marcaram presença nos municípios do interior paulista desde o final da década de 1970, indício das mudanças do perfil agrícola para o predomínio da atividade agroindustrial, centralizado na cidade de Ribeirão Preto, os municípios têm se reorganizado na busca e construção de referenciais internos. Tomaremos o caso de Pirassununga e Santa Rita do Passa Quatro que em períodos próximos, em meados da década de 1990 buscaram no passado projeção para comemorações no presente: a chamada cultura caipira que envolve música, dança, culinária etc., e a imigração italiana, igualmente mobilizadora de canções, danças e pratos típicos.

O festival que tem expandido seu significado regional e que ocorre em Pirassununga, desde 1994, chamado *Semana Nenete de Música Caipira*, constitui-se em um festival gastronômico, turístico e cultural, que almeja “divulgar, incentivar e preservar a essência da cultura caipira”, as comidas e bebidas “típicas”, o fogão a lenha, a catira, as rezas e devoções, “os saberes e fazeres” considerados

pelos organizadores como fundamentais para o processo de construção da identidade cultural local e regional⁸.

Esses marcadores como as bebidas e comidas, os saberes e fazeres considerados típicos do modo caipira são construções que evidenciam as tensões contemporâneas, no sentido de que “tem mais presença em mim o que me falta”. São necessários para (r)estabelecer conexões esmaecidas pelo avanço da globalização que, não por acaso, passou a ser percebida com maior intensidade justamente na década de 1990, no Brasil.

Igualmente ocorre em Santa Rita do Passa Quatro, com o festival de tradições italianas, surgido em 1992, que busca homenagear os imigrantes italianos que chegaram ainda no século XIX para o trabalho nas lavouras de café. A perspectiva aqui ainda é mais conservadora e enaltece o trabalho árduo do imigrante para o desenvolvimento e cultura local.

A observação e sistematização desse conjunto de fatores e nuances da atividade local significa também a elaboração e compreensão da “ressemantização” de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, que visa à construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. Esse contato pode significar a oportunidade de recuperar e valorizar partes de seus acervos de bens culturais e de incorporá-las ao desenvolvimento da comunidade (FONSECA, 2001).

São essas possibilidades expostas pelas demandas contemporâneas que colocam em evidência a intrínseca e tensa relação entre a caracterização de bens naturais e culturais e as práticas de salvaguarda. Em suma, reafirma-se o posicionamento indicado pela historiadora Célia Reis Camargo quanto à importância de fundamentarmos posicionamentos “diante de questões tão graves quanto à memória e o meio ambiente, ambas perpassadas pelo entendimento de processos de transmissão, desenvolvidos de modo particular conforme os distintos momentos de nossa história” (CAMARGO, 1999, p. 9).

Essa observação ainda não se configurou em todas as suas potencialidades. As indicações da relação entre o meio ambiente e os museus apresentadas aqui são caminhos possíveis a serem alargados na direção de um desenvolvimento humano e sustentável na construção dessa paisagem cultural regional.

Encontramos, portanto, pela dimensão cultural mobilizada em torno da definição de elementos “atrativos” do passado local a possibilidade de integrar potencial crítico que alargue, sobretudo, o debate estritamente econômico das

políticas públicas e da gestão privada de corporações e do turismo, tal como proposto pelo historiador Paulo Henrique Martinez, no sentido de que meio ambiente e cultura podem assim encontrarem-se “irmanados na promoção de um desenvolvimento qualitativamente novo, o desenvolvimento humano” (MARTINEZ, 2011, p. 401).

IV

“Só uso a palavra para compor meus silêncios”. Muitos dos traços da vida rural do período cafeeiro se apagaram pelas sucessivas reestruturações fundiárias e da produção agrícola na região: além do café, vicejaram culturas temporárias, como o algodão, a cana de açúcar e o milho. A força da pecuária das décadas de 1940 e 1950 foi cedendo terreno, junto com o Cerrado da região, para a silvicultura de eucalipto e a citricultura a partir de meados dos anos de 1960, dividindo espaços com a produção agroindustrial da cana de açúcar. A reorganização pautada pelo modelo agroindustrial promoveu o sucessivo abandono das colônias nas fazendas para o emprego do trabalhador volante (boia-fria). A década seguinte selou essa forma de trabalho e organização rural tornando suas referências materiais e simbólicas elementos de memória, dos causos, dos bancos de praça e de botequim, fotos e objetos musealizados.

Dentro desse amplo quadro de transformações sumariamente apresentado se desenvolve uma retomada do interesse pelo passado local. Em particular, pela cultura material que o referencia, além das grandes doses de tradições inventadas que o circundam. A cultura dos municípios da região entra em contato com o passado comum da expansão da cafeicultura, da vida e do trabalho nas fazendas, ora pendendo para a superação das adversidades pelos imigrantes italianos, ora enfatizando a constituição de uma cultura autêntica caipira. Colocamos em evidência dois municípios que construíram essas interpretações: Santa Rita do Passa Quatro e Pirassununga, respectivamente.

O contexto atual da chamada globalização ou do esgarçamento dos referenciais de identidade nacional vêm reorientando os laços de coesão social e cultural a apertar os nós na extremidade local. Daí a opção por observar as transformações e instituições culturais nesse nível. A observação direta e a orientação de perceber a cidade como um artefato constituído por um sistema de

bens culturais em constante contato e tensão foi um dos eixos percorridos para expor a crescente pressão que a demanda turística impõe à definição do patrimônio local e do seu passado, motivando um renovado interesse pelo mundo rural, agora pelas ausências que determinado modo de organização agrário deixou para trás.

As mudanças são percebidas e demandam respostas da comunidade. Em outro contexto e região, o vale do Paraíba, o enfraquecimento da produção cafeeira suscitou ações. Florestan Fernandes as registrou em tom que soa familiar ao observado nas narrativas memorialísticas da Região Turística:

a conservação de atitudes que as associam ao passado representa uma fonte de prestígio social e lhes confere uma dignidade toda especial (...) de modo que a vinculação ao passado, além de ser algo emocional e moralmente compreensível, possui fundamentos sociais facilmente assimiláveis. Não constitui, portanto, mera ficção, para obter sensação de segurança e o sentimento de continuidade social. É também o ponto de apoio para o funcionamento de certos critérios de preservação do prestígio antigo. (FERNANDES, 2008, p. 244)

Dessa forma, as propostas narrativas sobre o passado, seja da lavra dos memorialistas, ou da narrativa das exposições museológicas observadas, percebemos uma vinculação específica com as mudanças sociais e do mundo rural ocorridas nas décadas de 1940 e 1960 com uma resistência às possibilidades abertas com o avanço da industrialização pelo interior e mesmo a atuação do governo no setor agrário. Tal como projetado pelas representações cinematográficas rodadas na região, de títulos sintomáticos, *Da terra nasce o ódio* (1954) e *Fugitivos da vida* (1956), ou da frustrada experiência de extensão rural.

Ao cabo dos últimos cinquenta anos, tivemos nessa mesma região uma virada nas transformações do campo. A chamada modernização da agricultura reorganizou a estrutura fundiária e, sobretudo, o modo de vida rural. No espaço das centenas de colônias que orquestravam a vida no campo não sobrou sequer tijolo sobre tijolo; plantou-se cana, laranja, eucalipto. Essa passagem, praticamente forçada, da vida rural para a urbana, ainda que revestida por uma aura de progresso significou um impacto no estilo de vida e na estrutura urbana.

Nos microcosmos dos quintais urbanos os vínculos com a terra floresciam e frutificavam nas hortas atenciosamente regadas ao final do dia. Ao quintal cabia o espaço de um novo mundo. No entanto, o próximo passo exigido pelo progresso foi o concreto. Sobrou a terra contida em vasos como ornamento. Nos dias que correm a pressão pelo medo do atraso ignora a dimensão da mudança ocorrida. Mas o

incômodo e a necessidade de marcadores temporais, ao mesmo tempo, colocam sempre o passado sob a espreita de uma olhadela. É a nostalgia que enche paredes de bares e restaurantes com rádios e capas de LPs, vitrolas e câmeras fotográficas como âncoras que prendem o espaço a um certo tempo.

Os itens que compõem os acervos das instituições museológicas que observamos podem fazer parte desse banquete apresentando a mudança da base da produção agrícola da região – um roteiro originalmente esquemático, mas que pode dar bons frutos sob a pesquisa crítica e a inventividade – das lavouras de subsistência dos pioneiros, da imigração italiana, à incorporação de elementos da culinária indígena e negra, à pesca, ao predomínio da monocultura de café, cana e o modelo agroindustrial.

Nesses espaços temos instrumentos de trabalho e de uso cotidiano que encontram significado em remanescentes dessa última transição em vida e do afastamento característico da geração nascida no século XXI. Como característica dessas instituições, o desenrolar de ações educativas pode expor o lapso e o elo criado pelas transformações em um período relativamente breve de tempo.

A narrativa memorialista dá pistas da organização da vida no mundo rural, as características da produção e da vida cotidiana. No entanto é também com base na memória registrada desses moradores que assumiu a forma da história local oficial. Temos, portanto, nessa característica de registro do passado uma via de acesso a elementos da vida cotidiana de um setor da localidade e o referencial de passado construído de acordo com os valores expressados pelo memorialista. A (re)leitura desses clássicos locais pode extrair elementos para uma nova narrativa da história local.

Ao lado disso, a peregrinação pelo território dos vales ressaltando os aspectos materiais e culturais, em confluência, por exemplo com a conexão entre as festividades e os saberes locais, a culinária e o som. Ou seja, observar a paisagem local com vistas à integração dos sistemas territoriais rurais em busca da sustentabilidade dos planos de ordenamento do território e o desenvolvimento regional. “A convivência e o uso ordenado dos sistemas espaciais rurais, preservando suas características identitárias, é necessária e essencial para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos cidadãos que vivem e trabalham tanto no campo como na cidade” (ARGOLLO, 2015, p. 24)

Tal como explicitado por Andreas Huyssen, “as transformações atuais do imaginário temporal trazidas pelo espaço e tempo virtuais podem servir para

destacar a dimensão das possibilidades da cultura da memória” (2000, p. 34). Essa nova dimensão e sua penetração em diversos níveis da vida social colocam a necessidade de uma “ancoragem” espacial e temporal frente a um mundo de fluxo crescente. Fazendo eco as ponderações do pensador alemão, o momento atual é de desacelerar, de expandir o debate público, de alimentar e ampliar o espaço habitável em vez de destruí-lo, garantir um “tempo de qualidade” – “necessidades culturais ainda não alcançadas num mundo globalizado, e as memórias locais estão intimamente ligadas às suas articulações” (HUYSEN, 2000, p. 35).

Chegamos a um quadro geral de ações que coloca a ideia de desenvolvimento local ao centro. Evidencia-se a reorganização das economias e das identidades locais frente as imposições neoliberais e homogeneizadoras da globalização. Nesse sentido, o desenvolvimento local não tendeu, nem tende, a desaparecer com a globalização, mas a complementá-la e, ao mesmo tempo, contrariá-la, propondo outra perspectiva integradora a partir do local (AMARO, 2009, p. 112).

NOTAS

1. A definição da região obedece a um critério histórico, não correspondendo inteiramente a região administrativa de gerenciamento definida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu, que abrange os municípios de Américo Brasiliense, Descalvado, Pirassununga, Porto Ferreira, Rincão, Santa Lúcia e Santa Rita do Passa Quatro.
2. Alusão ao filme *The Giver* (*O doador de memórias*, EUA, 2014, 1h 37min). Ficção científica e drama, dirigido por Phillip Noyce e produzido pela Walden Media.
3. Entender como ocorreram essas mudanças, a partir das relações comerciais, foi um dos objetivos do projeto “Memórias do comércio: os caminhos do interior”, desenvolvido pelo Museu da Pessoa. O projeto foi organizado em módulos que coincidem com as regiões político administrativas do estado de São Paulo – o primeiro módulo contemplou 23 cidades que integram a 12ª região, tendo como centros polarizadores Araraquara, São Carlos e Matão, mapeando as principais ruas de comércio e entrevistou comerciantes mais antigos. (GASPAR; AFRAM, 2000, p. 11).
4. Foram pesquisados os acervos das seguintes instituições: em Descalvado, o *Museu Público Municipal de Descalvado* (criado em 2012); em Porto Ferreira, o *Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flavio da Silva Oliveira”* (criado em 1970); em Santa Rita do Passa Quatro, o *Museu Histórico e Pedagógico “Zequinha de Abreu”* (criado em 1969); em Pirassununga, foi visitado o *Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais – CEPTA (ICMBio)* (criado em 2007 sobre a antiga *Estação Experimental de Biologia e Piscicultura*, criada em 1939), já as instituições museológicas da cidade encontram fechadas desde 2014, como o *Ecomuseu Municipal da Cachoeira de Emas* (criado em 1996), o *Museu “Professor Pereira de Godoy”* (de 2003), o *Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Fernando Costa”* (criado em 1958).
5. Em 1998, Manuel Pereira de Godoy lamentava o desaparecimento de 17 espécies de peixes do rio Mogi-Guaçu (GODOY, 1999). Mário Guimarães Ferri, pioneiro no estudo do cerrado da região de Pirassununga, também alertara para os riscos que a atividade industrial expunha aquele rio. No dia 1º de abril de 1976 um tanque de depósito de “lixívia negra”, da indústria Champion, produtora de papel no município de Mogi-Guaçu, rompeu-se, despejando no rio grande quantidade desse subproduto, ocasionando a morte de grande quantidade de peixes, dentre elas espécies como o dourado, a piapara, a piracanjuba, o curimatã, piabas e tabaranas. (FERRI, 1976, p. 133)

6. Sobre a transição do café para a pecuária no município de Santa Rita do Passa Quatro é emblemático o filme *Da terra nasce o ódio* (1954), produzido pela Cinematográfica Santa Rita, com produção e direção, respectivamente do fazendeiro local Jaime Nori e Antoninho Hossri, tendo seu irmão Maurício Morey como protagonista. O filme recebeu apoio da prefeitura de Santa Rita do Passa Quatro.
7. Em 1984 objetos pertencentes ao músico e compositor Zequinha de Abreu foram doados por sua filha ao museu. Esse acervo é constituído por móveis, instrumentos musicais, rádio, cartas, documentos pessoais e partituras manuscritas.
8. Na região há outros municípios que partilham da valorização da chamada “cultura caipira” por meio de festivais. Em Porto Ferreira acontece há treze anos o Festival de Música Raiz e Sertaneja Zé Carreiro, promovido pela Secretaria de Cultura de Porto Ferreira. Em Tambaú, referência em Turismo Religioso em torno da figura de Padre Donizetti Tavares de Lima, o ano de 2019 marcou o primeiro Festival de Cultura Caipira, organizado pela Secretaria de Cultura local em parceria com a Região Turística Histórias e Vales.

REFERÊNCIAS

Fontes

BELLUZ, Carlos Alberto Del Bel. (Org.). *História de Santa Rita do Passa Quatro* – José Gonso. Santa Rita do Passa Quatro: O Santarritense, 1993.

_____. *Santa Rita do Passa Quatro: imagens da época do café*. Campinas: CARTGRAF, 1991.

BRAGA, Antônio Carlos Vilela; DOMINGUES NETO, Hilário (Org.). *A navegação dos rios Mogi Guaçu e Pardo (transporte fluvial – 1883 – 1903)*. São Carlos: Centro de Ensino Superior de São Carlos. 1999.

DALRYMPLE, Martha. *The AIA Story: two decades of international cooperation*. New York: American International Association for Economic and Social Development, 1968.

Folha de Santa Rita. Santa Rita do Passa Quatro (1948-1952).

GODOY, Manuel Pereira de. Prefácio: um depoimento pessoal (período de 1938/1939 a 1998/1999). In. COMITE da Bacia Hidrográfica do rio Mogi-Guaçu. *Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu – “Relatório Zero”*. [s.n.t.], 1999.

_____. *Contribuição à história natural e geral de Pirassununga*. Pirassununga: [s.n.], 1974; 1975. v. I-II.

OLIVEIRA, José Geraldo. *História de Santa Rita do Passa Quatro*. [S.l.: s.n.], 2018. 2 v.

RIBEIRO, Victor. *Autobiografia e outros escritos*. São Paulo: [s.n.], 1952.

Bibliografia

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento local. In. CATANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 108-113.

ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2015.

ÁVILA, Ana Carolina Xavier. *Museus históricos e pedagógicos no século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas*. São Paulo, 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo.

BARROS, Manoel. *Meu quintal é maior do que o mundo* – antologia. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAMARGO, Célia Reis. *À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. Assis, 1999. 178 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

DOMINGUES NETO, Hilário. *Navegando o Mogi-Guaçu: a agroexportação cafeeira no Oeste Paulista e a formação de um mercado interno regional (1883-1903)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DURHAN, Eunice Ribeiro. Imigrantes italianos. In. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 75-130.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 1989. (Volume 16 – Homo-Domesticação / Cultura Material).

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FERRI, Mario Guimarães. *Ecologia e poluição*. São Paulo: Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro; Ed. USP, 1976.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, n. 2, p. 111-120, 2001.

GASPAR, Júlio Dias; AFRAM, Silvana Issa (Ed.). *Memórias do comércio: os caminhos do interior: Araraquara, São Carlos e região*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2000.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERRAS, Jordi Juan. *Gestión del patrimonio cultural*. 3 impr. Barcelona: Ariel, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957/1958. v. 28, 29 e 30.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Meio Ambiente e museus: para um quadro inicial de referências. In: RAMOS, Francisco Régis L.; SILVA FILHO, Antônio Luiz M. *Cultura e memória: os usos do passado na escrita da História*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural; Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

MENARIN, Carlos Alberto. Manuel Pereira de Godoy. *Coleção mil palavras – MHIMU: museus e história dos municípios*, Assis, série Meio Ambiente, n. 11, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MHIMU2015/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MENARIN, Carlos Alberto. *Á sombra dos jequitibás: o Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011.

MOGI-GUAÇU: o curso de um rio. São Paulo: Metalivros, 1999.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998.

PAGANOTTO, Alessandra de Jesus Batista; PRATTA, Marco Antônio (Org.). *Cento e oitenta anos de história: Descalvado sob várias perspectivas*. Descalvado: CM&N, 2012.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHUBART, Otto; GOMES, A. Lourenço; AZEVEDO, Pedro; GODOY, Manuel Pereira. A primeira Estação Experimental brasileira de Biologia e Piscicultura em Pirassununga, São Paulo (1939-1950). *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XIX, v. CL, p. 13-98, ago. 1952.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 268-289.

OLIVEIRA, Flávia Alraches de. Padrões alimentares em mudança: a culinária italiana no interior paulista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 47-62, 2006.

OLMO, Rafael Mata. La dimensión patrimonial del paisaje. Una mirada desde los espacios rurales. In: MADERUELO, Javier (Dir.). *Paisaje y patrimonio*. Madrid: Abada Editores, 2010, p. 31-73.

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2016.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas*. São Paulo, 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. 2 v.

Carlos Alberto Menarin é Professor na rede estadual de ensino do estado de São Paulo, na Escola Estadual Vila do Lago, em Tarumã, São Paulo, Brasil. Graduado, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis, em São Paulo.

Como citar:

MENARIN, Carlos Alberto. “Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas”: mudanças agrárias e narrativa memorialística na construção de valores turísticos no interior paulista. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 513-532, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.